

Discurso sociológico e ficção literária: Diálogos virtuais entre Oliveira Viana e os escritores regionalistas

Profa. Dra. Luciana MURARI (UCS)ⁱ

...

Resumo:

Este artigo propõe um “diálogo virtual” entre o sociólogo Francisco José de Oliveira Viana e os literatos regionalistas, levando em conta sua provável influência sobre os escritores, por um lado, e as fontes comuns do discurso sociológico e literário sobre o caráter nacional, por outro. Trata-se de, a partir da perspectiva da historiografia da cultura e de uma visão ampliada do fenômeno literário – compreendido como uma das formas de elocução do chamado “discurso social” –, observar a difusão e a circulação de mitologias identitárias, instrumentalizadas pela prática política na forma de topoi ideológicos.

Palavras-chave: regionalismo literário; pensamento social; Oliveira Viana, identidade nacional

A obra sociológica do jurista Francisco José de Oliveira Viana exerceu considerável influência sobre a formação do pensamento autoritário no Brasil a partir da década de 1920, em sua defesa do fortalecimento do Estado como instrumento de organização da sociedade brasileira. A receptividade a suas obras, em particular a primeira delas, *Populações Meridionais do Brasil*, publicada em 1920, transcendeu, entretanto, o círculo do debate especificamente político, adquirindo notória repercussão entre diversos setores da sociedade. Isto porque, apesar de suas pretensões a produzir estudos estritamente científicos, embasados pelo rigor do método histórico, pela psicologia social e pela antropologia, Viana acabou por produzir uma obra polemizante e de caráter ensaístico que, a partir de observações parciais, pretendia-se a criar um arsenal teórico generalista capaz de explicar o Brasil aos próprios brasileiros.

Se, por um lado, sua obra pode ser analisada a partir da influência – direta ou indireta – que exerceu sobre o público brasileiro, podemos também lê-la como tributária de determinados temas difusos que circulavam pelo país e que ele incorporou a sua reflexão, devendo ser observada a presença de tais temas em outras manifestações da cultura nacional. Assim, justifica-se a busca de correspondências entre a obra do pensador fluminense na década de 1920 e a literatura desta época, em especial a literatura de cunho regionalista, com a qual, acreditamos, ela nutria particulares afinidades.

A convergência entre a literatura regionalista e a sociologia de Oliveira Viana pode ser considerada, em primeiro lugar, a partir da ideia da centralidade do elemento rural como definidor da identidade brasileira. Isto porque ambos pretendiam revelar a autenticidade nacional, o chamado “Brasil profundo” que, diferentemente das cidades contaminadas pelo cosmopolitismo, diria a verdade acerca do ser brasileiro. Neste contexto, a tese da “vocação agrícola” era um dogma ainda majoritário no pensamento nacional, pois, na divisão internacional do trabalho consagrada como uma “verdade universal” da época, cabia a cada país participar do comércio capitalista mundial com o fornecimento de recursos para os quais cada um deles estaria mais apto. No caso brasileiro, a abundância e a suposta fertilidade das terras disponíveis para a agropecuária (e, virtualmente, para a mineração) traçavam o destino do país. “Lugares-comuns” como este são aqui concebidos como elementos formadores de um repertório partilhado de representações, pré-concepções e crenças fundamental para o debate público, por estabelecer as referências coletivas que constroem as formas possíveis de pensar sobre uma sociedade, os dados prévios que viabilizam a troca de ideias. (BRESCIANI, 2005. p. 41) Em sua amplitude e imprecisão, estes elementos do discurso social podem ser observados em suas mais variadas manifestações.

No caso da obra de Oliveira Viana, o tema da ruralidade é um dos eixos fundamentais de sua reflexão sociológica na década de 1920. Segundo ele, este era o traço definidor da constituição

psicológica e social do povo brasileiro, devendo ser aí buscada a especificidade da formação nacional. Em *Populações Meridionais do Brasil*, estudo da história brasileira sob o ponto de vista da organização da sociedade e de sua relação com o Estado, Viana afirmava que a vida rural foi uma resultante das demandas da colonização em um território amplo e no meio geográfico florestal, tendo forçado os proprietários a uma condição de isolamento na imensidão dos latifúndios, processo característico da região centro-sul do país.

No Brasil colonial, a nobreza proprietária de terras do centro-sul do sul é formada por um grupo de latifundiários fidalgos e outro de latifundiários plebeus, segundo Viana. A primeira tem hábitos aristocráticos e ocupa os melhores cargos; a segunda é formada por plebeus, homens de poucas propriedades das regiões do Minho, da Extremadura, de Trás-os-Montes, das Beiras. Seriam homens “sóbrios e honrados”, que se fixam nos campos e matas do interior do território e que passam a acumular grandes fortunas, vindo a ter, a partir do século XVIII, influência suficiente para absorver a camada nobre, pela qual se sente fascinada e a qual começa a copiar, em sua sociabilidade e modos de vida urbanos. O problema é que seus interesses estão no campo, e na cidade buscam apenas diversão e gastos, de forma que passam aos poucos a optar pelo meio rural e por sua vivência obscura. Isto explicaria a decadência dos centros urbanos. Já em meados do XVIII século relata-se a timidez da vida urbana em face da intensidade da vida rural.

Assim, segundo o autor, esse homem do campo, rústico, vai se modelando e se diferenciando do metropolitano, formando assim um tipo perfeitamente brasileiro; no século XIX, este homem já é bastante peculiar em seus traços e comportamentos, característicos da vida rural tranqüila e rústica das fazendas, uma vez que a agricultura se impõe sobre a pecuária, exigindo a residência do proprietário na fazenda. Isto seria fortalecido pela dispersão da nobreza colonial pelo interior por meio da caça de índios, da expansão pastoril pelos planaltos e da busca das minas, o que desloca a população para fora das cidades e de suas vizinhanças.

A ruralização da colônia é uma obra que se prolonga por três séculos, e na Independência o tipo fidalgo já é raro, diz Viana. A vida rural não é mais vista como uma provação, mas um distintivo de nobreza; o que havia surgido como pressão das circunstâncias de manutenção dos negócios agrícolas se torna “fonte de prazer e encanto”, uma vez que, no século XIX, a psicologia brasileira já estaria perfeitamente modelada pela ruralidade: “a vida dos campos, a residência nas fazendas, a fruição do seu bucolismo e da sua tranqüilidade se torna uma predileção dominante da coletividade. Todas as pessoas capazes de posição procuram preferencialmente a ‘roça’.” (VIANNA, 1952. p. 44)

Esta vida perfeitamente patriarcal seria caracterizada pela completa ausência de conforto e de luxo, apesar da origem nobre de muitas destas famílias. A agricultura é tida como única atividade nobre, senhoril e fidalga, e a partir daí moldam-se grupos sociais dotados de códigos de conduta e de princípios próprios. “Daí o traço fundamental da nossa psicologia nacional.” Em face desta “indissimulável vocação rural do brasileiro”, seria um erro dizer que o que mantém o homem no campo é a ambição de lucro e de explorar a terra, pois “os fixam no campo as belezas e as doçuras da vida rural, bem como a importância social decorrente da posse de grandes propriedades agrícolas.” (destaques do autor. VIANNA, 1952. p. 47) Isto conduziu a uma sobrevalorização da vida em torno da família e, de modo mais geral, do clã parental – que somava familiares e agregados –, o que forçou o elemento luso, caracteristicamente formado em pequenas propriedades e muito marcado pela sociabilidade urbana e cortesã, a converter-se no brasileiro, um tipo humano original em relação à matriz lusa.

Definidores desta idiosincrasia nacional seriam, assim, os preceitos da valorização da vida doméstica e, além destes, o autoritarismo patriarcalista, o comportamento moderado e modesto, o sentido aguçado da honra e da lealdade. Os proprietários rurais teriam formado uma camada social estável que, ligada à terra e dotada de princípios fortes, transmitiriam estes valores ao longo do tempo, solidificando sua tradição virtuosa. Os princípios aristocráticos seriam mantidos pelas elites do centro-sul do país, e legitimavam uma superioridade social alicerçada em uma pretensa superioridade moral e racial – uma vez que teriam mais consciência da necessidade de resguardar sua integridade racial que os brancos pobres. Apenas seriam aceitos pela nobreza territorial aqueles

elementos que se identificam com ela “pela similitude de caráter, de conduta e, principalmente, de cor”. Neste sentido, Viana afirma: “Os mestiços “inferiores”, os menos dissimuláveis, os facilmente reconhecíveis, os estigmatizados – os ‘cabras’, os ‘pardos’, os ‘mulatos’, os ‘fulos’, os ‘cafusos’, estes são implacavelmente eliminados.” (VIANNA, 1952. p. 155)

Na visão de Viana, portanto, a experiência da vida na fazenda formara o substrato da psicologia nacional. A interpretação da psicologia da família patriarcal, modelada pelos atributos da ruralidade, e vigente entre a aristocracia rural até 1888, é um dos temas mais recorrentes na obra de estreia de Oliveira Viana, em seu elogio da pureza de sangue que afiançou a manutenção das virtudes superiores das classes altas rurais, como marca de sua superioridade social e garantia da transmissão hereditária. “Esses costumes rústicos e austeros são os moldes em que se educam as novas gerações no culto da honradez, da dignidade, da probidade, do respeito à velhice e nesse precioso zelo pela moralidade do lar, tão característico das nossas gentes rurais.” (VIANNA, 1952. p. 69)

Na literatura regionalista, uma manifestação eloqüente de uma imagem muito similar a esta pode ser observada no conto *Manuel Lúcio*, de Afonso Arinos, publicado na coletânea *Pelo sertão*. Acompanhamos ali a gênese das pretensas virtudes da elite rural mineira, representada pelo personagem título, um descendente de bandeirantes caracterizado como um homem modesto, orgulhoso e sóbrio, fiel à memória dos antepassados, dotado de invulgar espírito de orgulho. Seu comportamento libertário combinava-se a uma força contrária que o equilibrava: a lealdade aos ancestrais.

Criado aí, no meio dessa natureza selvática, crescido ao sopro de um ar puríssimo, robustecido com os hábitos tonificantes do sertanejo, livre como o enorme espaço despovoado por onde podia bater a pata de seu corcel, e que, à força de ser grande, lhe parecia indefinido, não podia deixar de ser independente, pois não encontrava tropeço à sua liberdade, senão no que viera enraizado por herança, temperamento e educação – e isso era o respeito, a obediência a seu pai, à pessoa deste prolongada na daquele que amara e venerara em vida (ARINOS, s/d. p. 91)

Fisicamente, Manuel Lúcio representa a perfeita aclimação do homem branco português aos trópicos, e estas qualidades orgânicas superiores seriam potencializadas pela influência saudável do meio rural e do trabalho na fazenda. No conto, o personagem consome a positividade da presença civilizadora do branco, em face das revoltas de negros e índios que perturbavam a vida no sertão. Assim, o escritor constrói o protótipo do proprietário rural e de seus valores morais e físicos superiores. A contrapartida desta visão lisonjeira do homem da elite são as narrativas violentas e/ou patéticas que caracterizam os contos rurais mais típicos da literatura regionalista, e que têm por personagens exemplares as populações negras e mestiças pobres do interior do país.

Esta similaridade entre as representações da elite rural criadas por Viana e por Afonso Arinos não pode ser descrita, entretanto, como a afirmação de um lugar-comum. Pelo contrário, ela deve ser associada ao “lugar incomum” que ambos representavam na vida intelectual brasileira, o de herdeiros das elites tradicionais rurais de origem lusa que, naquele momento, sentiam-se alijadas do poder frente à ascensão de elites mais recentes, como, por exemplo, a nova elite industrial de origem imigrante. Além de escrever contos regionais, Afonso Arinos escreveu também novelas e peças teatrais de fundo histórico em louvor dos ancestrais heroicos que teriam formado a alma nacional a partir da herança portuguesa – uma delas, em particular, *O contratador de diamantes*, foi adotada entusiasticamente pela elite paulistana, nos anos 1920, como expressão máxima de sua devoção à causa nacionalista. (DIMAS, 2006. p. 71, SEVCENKO, 1992. p. 242)

É necessário, por outro lado, compreender como estes autores compreendem seu próprio tempo. Para Oliveira Viana, durante o império desapareceu o espírito de guerras e nomadismo no centro-sul, tendo este sido um tempo de paz, dominado pela aristocracia rural, “majestosa na sua grandeza moral e soberbamente assentada sobre bases econômicas de perfeita estabilidade: o

criatório, a cana de açúcar, o café.” (VIANNA, 1923. p. 89) Neste período a ruralidade se “apura e refina”, perdendo seus aspectos rústicos, e o gosto pela vida no latifúndio se torna a aspiração comum das elites; esta elite aristocrática do meio rural é que cria os políticos do império, desde a administração local até a da província, daí surgindo a nobreza imperial e os chefes políticos. Uma vez que o latifúndio cafeeiro, assim como o engenho de cana, exige uma organização mais diferenciada e uma administração eficiente e enérgica, este se mostra um poderoso “selecionador de capacidades”, homens capazes de dirigir as massas e planejar um conjunto completo; “o tipo dela emergente é, por isso, um tipo social superior, tanto do ponto de vista de suas aptidões para a vida privada, como no ponto de vista das suas aptidões para a vida pública”. Estes seriam os elementos da unidade, da ordem e da legalidade no país, obra do Império, fonte de suas grandes inteligências políticas que construíram a nação. (VIANNA, 1923. p. 92)

Há, no entanto, um violento ponto de inflexão na história do país, que teria modificado radicalmente a trajetória das elites rurais: a Abolição da Escravatura. Segundo ele, a Abolição representou a quebra do sentido de continuidade que elas haviam imprimido na vida brasileira, uma vez que as formas tradicionais de ordenamento social e econômico haviam sido totalmente subvertidas. A Abolição foi, assim, um forte abalo desta ordem, levando a uma desorganização geral dos engenhos de cana, que são quase completamente destruídos; o café resiste mais, em função de uma alta de preços no mercado internacional, mas as zonas de menor “resistência econômica” entram em decadência, como é o caso do vale do Paraíba, região serrana do Rio, zona da mata mineira. Isto explicaria a decadência das famílias rurais aristocratas, seus descendentes “nivelados com os elementos mais obscuros da nossa plebe rural”; outros emigram para as cidades, que por isto se tornam fundamentais para o novo regime. (VIANNA, 1923. p. 93)

Com isto, muitas destas famílias faliram e se viram obrigadas a se urbanizar, o que representou a ruína de sua fonte original de segurança e vitalidade. Deve-se compreender, no entanto, que o elogio das elites rurais não é contraditório com esta afirmação de sua decadência. Pelo contrário, o próprio sentimento da perda alimenta a dignificação destes grupos pelo capital simbólico da antiguidade e da nobreza, e se mostra uma alternativa compensatória que poderia assumir considerável relevância no discurso político.

Na expressão literária da época, a força de uma ruralidade subjacente sobre a personalidade e o comportamento do brasileiro da elite é particularmente sensível na obra de Godofredo Rangel, escritor mineiro mais conhecido por sua vasta correspondência com Monteiro Lobato reunida em *A Barca de Gleyre*. Sua obra mais lida, *Vida ociosa*, é uma novela dedicada ao culto da saudade de um pretérito perfeito localizado em algum ponto do tempo anterior à Abolição. A escravidão rememorada no conto é um tempo idílico de prosperidade e simplicidade, que afirma o sentimento da decadência rural caro à sociologia de Oliveira Viana. Ao mesmo tempo, escreve-se o elogio da elite agrária tradicional na figura dos dois velhos proprietários da fazenda em que o narrador se hospeda, aos quais são atribuídas as virtudes rurais identificadas pela obra de Viana: orgulho, simplicidade, modéstia, hospitalidade, rusticidade. Na novela de Rangel a memória da escravidão não guarda traços de rancor, mas uma nostalgia incurável.

Tiraram-lhe a fortuna – tomou o anzol; arrebatem-lhe o anzol, inda resta o rosário; de modo que, sua bondosa simplicidade, se lhe perdeu a abastança, granjeou-lhe a conformidade na desgraça. Rememora os antigos anos de fartura, compraz-se às vezes em narrá-los, como um viajante relata as maravilhas que viu no decurso da viagem. Essas recordações têm para ele o doce ressaibo das boas cousas gozadas, sem que lhes sinta o amargor por serem cousas idas. (RANGEL, 1920. p. 40)

Há um impasse, no entanto, na obra de Oliveira Viana, no que diz respeito à generalidade destes atributos entre a população rural: seriam eles uma qualidade do ser brasileiro ou das classes superiores brasileiras? Na carta em que comenta o romance regionalista *O vigia da casa-grande*, de Mário Sette, publicada na *Revista do Brasil* em 1924, Viana reafirma sua crença, endossada pelo

romance, nas características de estabilidade e sedentarismo típicas das elites, em contraposição aos instintos nômades da plebe rural. Neste sentido, portanto, o que legitima a liderança dos proprietários é sua fixação à terra. No entanto, na mesma carta, escrita em agradecimento à dedicatória do romance, Viana o elogia por sua capacidade de representar, por meio da ficção, a psicologia dos brasileiros pobres do campo, pois eles teriam em comum com a nobreza latifundiária traços “da mesma nobreza, do mesmo cavalheirismo inconsciente, dos mesmos sentimentos de fidelidade, honra, justiça, bondade!” (VIANNA, 1942. p. 22-24) As cenas de violência e brutalidade presentes na narrativa, caracterizada pelo tom realista-naturalista recorrente no regionalismo literário, não deixam de ser observadas mas, ao final, o homem do povo é visto como um elemento heroico e injustiçado da vida nacional. Logo, neste momento a ruralidade é vista como determinante de uma série de qualidades que definiriam a identidade brasileira, e não apenas o caráter da elite, o que é contraditório com a visão negativa do proletário do campo lida em *Populações Meridionais do Brasil*, associada a uma pretensa inferioridade racial.

Esta incoerência na obra de Viana é também característica da ficção regionalista, dividida entre, por um lado, a observação etnográfica da vida no meio rural, que dá origem a inúmeras narrativas da barbárie, e, por outro lado, a idealização do campo como cerne da identidade nacional, sendo ele associada à pureza, à inocência ou ao bucolismo. Além disto, o próprio Viana reconhecia, em uma nota de 1942 a um artigo publicado originalmente em 1923, que a visão positiva do povo que externara originalmente atendia a uma necessidade de combater o pessimismo generalizado em relação ao caráter do povo brasileiro – o que, aliás, a sua obra provavelmente ajudou a firmar. (VIANNA, 1942. p. 22-24) Portanto, além das questões propriamente científicas, sua obra tinha, declaradamente, um conteúdo ideológico, voltado não para revelar pretensas verdades sociológicas, mas para modelar a representação da realidade e, a partir daí, construir projetos de intervenção sobre ela, o que a aproximava mais ainda do discurso político-ideológico.

Os textos de Oliveira Viana não eram, decerto, indiferentes aos artifícios literários: o conhecimento do passado, segundo ele, deveria somar-se à eloquência narrativa para que ele pudesse exercer o impacto emocional necessário à mobilização nacionalista. No *Addendum* de *Populações Meridionais do Brasil*, escrito para responder às críticas sofridas pela obra, Viana anotou o reparo feito aos leitores aos trechos em que descrevia o ambiente majestoso da sociedade paulista dos séculos XVI e XVII. Viana havia tomado como referência a *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Tacques, tido por muitos como um “fabulista imaginoso”, já que as evidências documentais existentes apontavam, ao contrário, para um modo de vida muito restrito em termos materiais. Viana recusa-se a admitir um equívoco absoluto, argumentando que “houve, embora episodicamente, riqueza e esplendor naquela época e entre aqueles intrépidos devassadores de florestas e campos”, embora não traga nenhuma comprovação documental ou bibliográfica desta assertiva. (VIANNA, 1952. p. 439) De qualquer maneira, acaba por considerar a veracidade deste dado um elemento secundário, que não falseia seu argumento central, qual seja, o movimento de interiorização das elites aristocráticas, que se convertem ao modo de vida rural. Para Viana, as páginas baseadas em Tacques poderiam ser excluídas sem maiores prejuízos ao conteúdo da obra. O fato é que o autor nunca excluiu a descrição das “duvidosas opulências” dos ancestrais paulistas, pois elas cumprem uma função relevante na economia da narrativa. O sangue aristocrático, os hábitos fidalgos, as maneiras cavalheirescas, a riqueza material aliada à sofisticação nos modos de vida, à cultura do espírito e à moralidade superior são decisivas para que Viana estabeleça a imagem das elites colonizadoras antes do processo de ruralização, que corresponde à formação de uma identidade própria ao meio físico-social da colônia. Em questão está a gênese da fidalguia rural brasileira: enquanto a afirmação da origem nobre constrói a imagem da superioridade racial, cultural e moral da classe proprietária, a ruralidade afirma o processo de adaptação desta elite ao meio brasileiro, ou seja, a formação da identidade nacional. O apelo pragmático desta representação da história colonial é irresistível, pois, afinal, implanta o sentido da origem e o nobilita, legitimando a estrutura de poder que Viana dedicar-se-á a descrever, nos capítulos seguintes do livro.

Há, no entanto, outra variação nos estudos de Oliveira Viana sobre a identidade nacional e sua

relação com a ruralidade, além desta polarização entre povo e elite: o regional e o nacional. A expressão mais eloquente disto são os ensaios “As pequenas comunidades mineiras” e “Minas do lume e do pão”, publicados na Revista do Brasil em 1918 e 1920, respectivamente. Os dois estudos de psicologia social exaltam Minas Gerais como a presença contemporânea do passado rural idealizado pelo autor. Viajar a Minas era voltar no tempo ao encontro do Brasil patriarcal formado nas antigas propriedades rurais, o que o escritor observa nos homens do povo ao identificar a timidez, o recato, a modéstia e a obediência, sendo esta última a expressão da lealdade ao chefe característica das comunidades agrárias tradicionais. Em seu cerne, o espírito mineiro teria mantido, apesar das inovações urbanas e das mudanças no sistema produtivo, as características distintivas da mentalidade formada no recesso das grandes fazendas, e que teriam sido, em outros lugares, destruídas pela Abolição.

Se a identidade brasileira é problemática na obra de Oliveira Viana, como percebemos a partir da relação entre povo e elite, a mineiridade é, para o autor, inegável, mesmo com perceptíveis variações locais. Suas principais características seriam o amor à vida doméstica, a valorização da família e a hospitalidade na recepção dos forasteiros. O apego à família teria feito do mineiro um tipo delicado, ameno, cuidadoso em relação aos estrangeiros. Apesar de fazer tudo para agradar o hóspede, o desconfiado mineiro evitaria pretexto de intimidade, comportamento comum tanto aos homens do povo quanto aos da elite.

Na coletânea *Andorinhas*, de Godofredo Rangel, estas pretensas características do mineiro recebem expressão ficcional. O “mineiro da gema” – expressão do escritor – reconhece-se como tal e vê nisto um código de conduta ao qual ele, mesmo contra sua vontade, sentia-se obrigado a obedecer. (RANGEL, 1922b) No conto *O telegrama*, a obrigação da hospitalidade leva o narrador a empreender uma verdadeira revolução em sua rotina, preparando sua diminuta casa para receber uma família desconhecida e atender ao aviso de misteriosos visitantes que fizeram anunciar sua chegada por mensagem telegráfica. Apesar de não saber de quem se tratava, o personagem vê-se obrigado a cumprir a missão, mesmo que para tanto ele tivesse que fazer grandes sacrifícios. Ao final, quem estava para chegar era sua própria mulher e tudo não passara de um engano. Neste momento, como vemos, o auto-reconhecimento impunha uma obrigação dignificante de cumprimento da tradição. Ressalte-se que este personagem é um homem urbano, mas justamente como apontava Oliveira Viana, havia trazido para a sociedade moderna o legado de nobreza criado nas grandes fazendas. Ou seja, Minas é um museu vivo das tradições rurais brasileiras.

Em outro conto da mesma coletânea, *Meu parente*, a expressão do familismo mineiro assume uma radicalidade que faz com que o enredo beire o inverossímil: o narrador é um jovem de origem tradicional, bem-posicionado na carreira jurídica, que identifica como seu primo distante um homem do povo que encontra por acaso na rua, ao reconhecer seu prenome incomum. O jovem, que sempre sentira a falta da família, vê na descoberta uma ocasião de desfilar o orgulho por sua genealogia e viver a “comunhão espiritual” que naturalmente existiria entre pessoas de mesmo sangue. Condoído ao ver a condição humilde do parente operário, trata de instalá-lo em sua própria casa e de provê-lo de boas relações.

Confesso que em princípio eu me acanhava um tanto ao sair em companhia de meu decaído parente: sua roupa de riscado, seu chapéu furado, o cinto de lã, de cores carregada, que lhe segurava as calças... Envergonhava-me, sim! Para que negá-lo? Parece que nesses momentos havia em minha cabeça um diabinho zombeteiro que me dizia que meu parente era uma figura ridícula, e eu, dando-lhe o braço, mais ridículo ainda. Algo mais forte, porém, que os motejos desse diabrete, reagia dentro de mim – era a voz do sangue. Co’os diabos! Fosse o que fosse, era meu parente, carne de minha carne, a quem eu devia levantar de sua condição humílima. E pensando assim eu me sentia menos desmantelado ao buscar com ele as casas das pessoas amigas. “Que seja risível, dizia eu comigo, mas por isso mesmo pesa-me nos ombros a responsabilidade de educá-lo, poli-lo, facetá-lo, de tirar da sua figura ratona de capadócio um homem decentemente civilizado.” (RANGEL, 1922a. p.

No entanto, a experiência é inteiramente mal-sucedida: o primo não se lembrava dos nomes da família, resiste a suas tentativas de “civilizá-lo”, era dado à bebida, ao jogo, ao furto e ao convívio com negros, e não possuía a menor noção sobre as regras do convívio social. Apesar disto, o jovem magistrado protege e favorece o primo até o momento em que descobre o óbvio: que ele não era seu parente, e que o nome em comum era apenas uma coincidência.

O absurdo da situação criada no conto pode ser compreendido como uma manifestação extremada de lealdade à tradição cultural mineira que, segundo Oliveira Viana, era uma forma de sobrevivência, mesmo no meio urbano, da sociabilidade formada no meio rural brasileiro a partir da manutenção dos valores patriarcais pelas elites proprietárias. Entre regional e nacional, e entre povo e elite, como vemos, a afirmação de uma raiz cultural brasileira, operada por estes discursos, oscila entre a defesa idealizadora de um conjunto de atributos que definiriam o brasileiro, e que portanto, deveriam caracterizar a todos, e o aristocratismo de uma elite disposta a lutar pela preservação de seu prestígio cultural e político. Se, por lado, temos a força da identidade coletiva, por outro temos a necessidade de categorizar os diversos grupos sociais, hierarquizando a sociedade a partir da cultura.

Referências Bibliográficas

- 1] ARINOS, Affonso. Manuel Lucio. In: *Pelo sertão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, s/d. 1ª. ed. 1898, p. 83-96.
- 2] BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- 3] DIMAS, Antônio. *Bilac, o Jornalista*. Ensaios. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Edusp; Campinas (São Paulo): Editora da Universidade Estadual de Campinas. 2006.
- 4] RANGEL, Godofredo. Meu parente. In: *Andorinhas*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922a, p. 75-96.
- 5] RANGEL, Godofredo. Os oitenta contos. In: *Andorinhas*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1922b, p. 21-47.
- 6] RANGEL, Godofredo. *Vida ociosa: romance da vida mineira*. São Paulo: Revista do Brasil, 1920.
- 7] SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 8] VIANNA, F. J. Oliveira. As pequenas comunidades mineiras. *Revista do Brasil*. nº 31, p. 219-233. 1918, p. 220.
- 9] VIANNA, F. J. Oliveira. Minas do lume e do pão. *Revista do Brasil*. nº 56, p. 289-306, 1920.
- 10] VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.
- 11] VIANNA, F. J. Oliveira. O vigia da casa grande. *Revista do Brasil*, nº 107, p. 246-247. 1924.
- 12] VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. História – Organização – Psicologia. Primeiro Volume. Populações rurais do Centro-sul. Paulistas – fluminenses – mineiros. 5ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952. 1ª ed. 1920.

XII Congresso Internacional da ABRALIC
Centro, Centros – Ética, Estética

18 a 22 de julho de 2011
UFPR – Curitiba, Brasil

lmurari@hotmail.com